



ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

A. Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do fornecimentos previstas no Termo de Referência (TR) e que aqui, após relacionadas, passam a integrar o TR que versa sobre o processo licitatório, na modalidade **Pregão Eletrônico**, por **Sistema de Registro de Preços – SRP**, objetivando promover a contratação de uma empresa com vista a realização do fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para à implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro com vista ao fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

B. Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO:

A modalidade de licitação escolhida foi o **Pregão Eletrônico** considerando que se trata de **bens comuns** e visa ampliar a competição, permitindo a obtenção de um melhor preço pela administração, com a possibilidade de lances e negociação direta pelo pregoeiro, conforme art. 1º da Lei Federal nº 10,520, de 17 de julho de 2002.

A técnica envolvida na execução do fornecimento do objeto desta licitação é amplamente conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e as planilhas de quantidades e preços máximos.

Nesta modalidade de licitação o essencial para a eficácia da licitação, é que o escopo de fornecimento seja bem definido e especificado de forma precisa e suficiente para identificar o produto final a ser obtido. Para tanto, procurou-se instruir o Termo de Referência e Especificações Técnicas de forma a definirem de maneira criteriosa e objetiva o escopo do fornecimento e dos serviços que serão contratados. Tendo em vista que nos temos do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, indique que:

Art. 9º O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº 8.666, de 1993, e nº 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a **especificação ou descrição do objeto**, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - **estimativa de quantidades** a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes;



III - estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes, observado o disposto no § 4º do art. 22, no caso de o órgão gerenciador admitir adesões;

IV - quantidade mínima de unidades a ser cotada, por item, no caso de bens;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no caput do art. 12;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo e minutas de contratos, quando cabível;

IX - penalidades por descumprimento das condições;

X - minuta da ata de registro de preços como anexo; e

XI - realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018) (Vigência).

A Modalidade Licitação eletrônica facilita a participação de um maior contingente de licitantes. Neste certame será adotado o critério de julgamento de **Menor Preço** - nos termos do Art. 54 Lei nº 13.303/16, e Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU –, visando a contratação de empresa com vista a realização da fornecimento, carga, transporte e descarga das aquisições, **por Sistema de Registro de Preços - SRP**, de equipamentos e máquinas necessárias à implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de **artesanato em couro** com vista ao fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos **municípios do Estado de Pernambuco**, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, objetivando o fortalecimento da produção familiar nos municípios pernambucanos atendidos pela CODEVASF.

C. Da adoção do “TIPO MENOR PREÇO POR GRUPO”:

Muito embora o Art. 8º do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, indique que:

Art. 8º O órgão gerenciador poderá dividir a quantidade total do item em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços (BRSIL, 2013).

Durante a realização dos estudos não foi identificado fundamentos que justificasse, exclusivamente, a organização da planilha orçamentária por item, considerado que o projeto de



implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro necessite de todos os equipamentos para atender seu potencial pleno, fato que sugere a formação de grupo em decorrência do “princípio da padronização”.

Assim sendo, considerando que a licitação por grupo possa vir a possibilitar a contratação do fornecimento do conjunto de equipamentos necessários para completar todo o processo produtivo por um preço justo e benéfico para a administração, optou-se por fazer a licitação **POR GRUPO** no esforço de não causar prejuízo ao erário e acreditando na possibilidade de atender plenamente as quantidades e condições do objeto do processo e à implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro com vista ao fomento da APL do artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, buscando o desenvolvimento da produção familiar nos municípios atendidos pela CODEVASF.

D. Justificativas:

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público que busca fomentar e a promoção do fortalecimento, qualificação de atividades produtivas e promover a estruturação das cadeias produtivas de produção e industrialização de produtos primários, **artesanato e economia criativa** e organização de processos produtivos focado e evidenciando na agricultura e nas atividades familiar em comunidades rurais difusas das microrregiões do sertão de pernambucano, todas inseridas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Para tanto, foi desenvolvido o projeto de implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro com vista ao fomento da **APL do artesanato e economia criativa** em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf.

Esta intervenção representou um marco para a cadeia produtiva do artesanato em couro que, em sua maioria, é desenvolvido por agricultores, haja vista, propor a difusão de ações de inclusão produtiva na atividade do artesanato em couro em comunidades rural difusas, permitindo que **atividades não exclusivamente rurais** possam ser realizadas nestas comunidades, em especial, naqueles momentos em que os membros das comunidades não possam estar realizando suas atividades agrícolas em decorrência de problemas climáticos e hídricos. Logo, as ações de inclusão produtiva na atividade do artesanato em couro podem ser vistas como uma forma de promover o desenvolvimento do grupo de agricultores familiares de baixa renda de forma paralela as suas atividades produtivas já praticadas.

Essa intervenção também justifica-se pelo fato das atividades relacionadas as APL de apoio a produção e industrialização de produtos primários, artesanato e economia criativa e organização de processos produtivos, fazerem parte do plano de atuação desenvolvido pela Codevasf voltado para as APL's. Neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das **atividades típicas e tradicionais** praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais – APL's.

Estas APL's necessitam ser entendidas como atividades culturais e econômicas, que vêm sendo praticadas por um contingente significativo de individuais, na forma de empreendimento, em um determinado território, sendo, portanto, sua atividade produtiva predominante, o que se adequa ao caso da cultura de artesanato em couro nos municípios do Sertão de Pernambuco,



região onde as peças em couro, como gibão, sandalha, chapéu e sela são elementos tão presente quanto as ferramentas e utensílios relacionados a agricultura. Dessa forma, a atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas também é parte da atividade produtiva familiar, sendo, portanto, uma atividade primordial para a economia produtiva dos pequenos agricultores da região.

E. Da adoção Sistema de Registro de Preços (SRP):

Este item pretende indicar os motivos que levaram a optar pela escolha da alternativa de realizar a licitação por Sistema de Registro de Preços (SRP). Para tanto, tomou-se como base as fundamentações legais prevista no art. 3º, inciso I, do Decreto 7.892/2013, vigente, segundo a qual o SRP poderá ser usado nas seguintes hipóteses:

- i. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;**
- ii. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
- iii. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
- iv. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Tomando como fundamento esta legislação optou-se pela aplicação do “**Sistema de Registro de Preços - SRP**” neste procedimento, que foi determinada pela necessidade de aquisição do bem especificado neste instrumento, tendo em vista os resultados apresentados por outras Superintendências da Codevasf nos últimos anos, em especial a 1ª SR em Minas Gerais, onde o artesanato vem sendo fortalecido. A ideia é voltar ao tempo em que a 3ª SR dedicava-se ao aprimoramento da infraestrutura ligada ao artesanato nos municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, fato que permitiu que ações fossem realizadas em cidades como Tacaratú, Serra Talhada, Salgueiro e Serrita, o que permitiu que se desenvolvesse uma cadeia produtiva e um mercado nas referidas regiões pernambucanas.

Além disso, as características dos serviços necessários para a implantação das 12 (doze) ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, será desenvolvida nos mesmos moldes do que já vem sendo implantado por outras Superintendências da Codevasf como relatado anteriormente. Todavia, como são unidades distintas, será conveniente a aquisição de bens e realização dos serviços de entregas de forma parcelada, permitindo a adequação das necessidades e formação de cada grupo de trabalhadores.

F. Da não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP):



Devido a aproximação do novo ciclo da estiagem ou ausência de chuva na região do sertão pernambucano, existe em certa medida uma determinada urgência em realização desta contratação, a qual deverá ficar pronta antes do período sem chuvas para que possam servir de fonte para os trabalhadores e artesãos beneficiados. Logo, pode ser necessário a não divulgação de interesse de registro, fato que deverá ser ponderado pela 3ª SL.

Quanto aos motivos da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP) por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, indica que: Quanto à possibilidade de motivação da dispensa da divulgação da intenção de registro de preços (IRP), por parte de órgão gerenciador, o Advogado da União, Ronny Charles, entende que:

O Decreto federal nº 7.892/2013 previu expressamente o procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, para a divulgação dos procedimentos licitatórios iniciados com a utilização do SRP, ainda na fase interna, para que os demais órgãos e entidades possam ter conhecimento da futura licitação, unindo sua pretensão contratual ao certame gestado e tornando-se um órgão participante. Nos termos do regulamento, **a divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador. Diversos motivos podem justificar a não divulgação da intenção de registro de preços, entre eles: necessidade de conclusão célere do procedimento; especificidade da contratação; dificuldades operacionais; experiências anteriores negativas com o uso do IRP, entre outros.** O regulamento optou por não limitar as justificativas possíveis, atitude foi correta, pois situações concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento. (BRSIL, 2013).

Desta forma, em decorrência da especificidade do bem, e das dificuldades operacionais e logísticas, a CODEVASF usufruirá do direito facultado no Art. 4º, § 1º do 7.892/2013 e do Decreto nº 8.250/2014, ponderando pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP).

G. Da admissão de adesão dos órgãos não participantes:

Será permitido a adesão a Ata de Registro de Preços, tendo em vista que esse procedimento permite e promove a eficiência nas contratações públicas pois, por serem mais céleres, facilitam o planejamento da gestão, promovem economicidade ao contratar pelo melhor preço e pouco custo.

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes



que aderirem. (Redação dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018)
(Vigência)

Além de otimizar a gestão, sem afastar-se dos princípios da Administração Pública quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, economicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, pode ser ainda uma alternativa de contratação no caso de necessidade de execução orçamentária, observando no caso em concreto a urgência na aquisição dos referidos bens.

Por outro lado, a experiência tem demonstrado que as adesões são ferramentas para otimizar o serviço público, no que diz respeito a eficiência e celeridade nas aquisições públicas, isso porque a contratação de bens e serviços no âmbito do Poder Público depende de uma série de procedimentos custosos, lentos e burocráticos. Já um procedimento de adesão a uma licitação torna bem mais simples e célere uma contratação necessária e urgente pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf. Não obstante ser auto evidente a vantagem de uma adesão, esta se coloca como uma exceção ao dever de licitar.

H. Justificativa da adoção do valor estimado público:

Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU, nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta a revelação do orçamento.

I. Da subcontratação:

Objeto a ser licitado caracteriza-se como sendo **um serviço comum, de pequeno vulto, facilmente executável por empresa que atuem na área**, não havendo necessidade de subcontratação das parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas.

Conforme o art. 78 da Lei 13.303/2016:

“Art. 78. O contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, serviço ou **fornecimento**, até o limite admitido, em cada caso, pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista, conforme previsto no edital do certame”.

No caso específico deste certame que tem como objetivo a aquisição de equipamentos, máquinas necessárias para a implantação de 12 (doze) ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, **entende-se como atividades auxiliares os serviços de carga, descarga e transporte.**

J. Da necessidade da contratação:

As políticas públicas voltadas para a solução das carências do semiárido nordestino, apesar de terem proporcionado alguns progressos, ainda não conseguiram melhorar substancialmente os indicadores sociais da região, que se situam entre os mais baixos do país. Contudo, é possível dizer que hoje há um consenso entre políticos e administradores, partilhado por grande parte da população brasileira, quanto a urgência da **adoção de medidas capazes de melhorar a qualidade de vida da população da região e de reduzir sua dependência econômica de atividades produtivas temporárias ou mesmo de verbas governamentais**, as quais muitas vezes não são suficientes para evitar o colapso das atividades produtivas rurais, sobretudo na agropecuária, impede a fixação do homem no campo e provoca a migração da população para as cidades.

As cadeias produtivas vinculadas com as APL's relacionadas com o apoio a produção e industrialização de produtos primários, **artesanato e economia criativa** e organização de processos produtivos, vêm ao longo dos anos propiciando a geração de inúmeros postos de trabalho, possibilita a permanência do homem no campo, sendo considerada de grande importância para o desenvolvimento regional, pois apresenta alternativas de ocupação e renda para o produtor rural, além de garantir segurança alimentar, como pode ser visto nas cidades de Serra Talhada, Salgueiro, Serrita e Caruaru, municípios que se destacam por possuírem um mercado voltado para a produção de artesanato em couro.

Nesse contexto, a implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro nas microrregiões do Sertão de Pajeú, São Francisco, Sertão Central e Moxotó, em especial nas cidades onde existem destacados mercados em artesanato em couro, mostrou-se uma ação extremamente exitosa, o que autoriza a planejar que a atividade de artesanato em couro, desde que apoiadas, com o tempo, possa vir a torna-se o que atualmente representa a fruticultura irrigada, a apicultura e a caprinovinocultura no processo de geração de riquezas para a região.

K. Regime de contratação:

O processo em estudo trata de licitação para a aquisição de equipamentos e máquinas necessários para a implantação de 12 (doze) ações voltadas à inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro com vista a fortalecer o artesanato e economia criativa em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, repetindo ações semelhantes realizadas pela 1ª SR em Minas Gerais e no passado pela própria 3ª SR no Estado da Pernambuco. Logo, não existe novidades na execução do serviço, mas a realização em comunidades distintas pode variar, em conformidade com traços culturais a serem desenvolvidos.

Tomando como referência a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito



da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao falar em regimes de execução diz que:

Art. 42. Na licitação e na contratação de obras e serviços por empresas públicas e sociedades de economia mista, serão observadas as seguintes definições:

I - empreitada por preço unitário: contratação por preço certo de unidades determinadas;

II - empreitada por preço global: contratação por preço certo e total;

III - tarefa: contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material;

IV - empreitada integral: contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada;

V - contratação semi-integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1o e 3o deste artigo;

VI - contratação integrada: contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, de acordo com o estabelecido nos §§ 1o, 2o e 3o deste artigo (BRASIL, 2016).

Conciliando a legislação e os casos concretos que serviram de exemplo, e tomando como base os sucessos já obtidos pela Codevasf, o que se pretende neste processo é promover a difusão do empreendimento do artesanato em couro em municípios reconhecidamente detentores de potencial relacionados com a produção de artesanato, como ocorre com alguns municípios da região de Serra Talhada, Salgueiro, Serrita e Caruaru, que já possuem mercado que assegura a viabilidade do empreendimento. Contudo, existe a possibilidade de adequação do sistema ao local de implantação, mesmo preservando-se o princípio do projeto, essa possibilidade, por menor que seja, **indica a dificuldade da utilização do regime de contratação por empreitada por preço global: contratação por preço certo e total**, o qual é disposto no Inciso II, art. 42, da Lei 13.303/16.



Por outro lado, tendo em vista uma maior eficiência na execução do objeto licitado, o método de remuneração capaz de gerar uma maior segurança administrativa e jurídica, é realizar o pagamento **por preço certo de unidades determinadas**, o qual é disposto no Inciso I, art. 42, da Lei 13.303/16, sendo que o mesmo permite que seja paga o que foi efetivamente executado e medido, sendo, portanto, uma forma justa de realizar negócio. Logo, este regime de contratação é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

Por tudo o que foi anteriormente apresentado, optou-se por adotar o regime de contratação por Empreitada por **Preços Unitários, com pagamento de preço certo de unidades determinadas**, onde o pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas.

L. Participação de Consórcios:

Optou-se por não permitir a participação de Consórcio tendo em vista que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

Note-se que “...a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de ns. 1.636/2006-P e 566/2006-P” - TCU Ac n. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

Além do que o custo de montagem de um consórcio com a finalidade de participar de uma licitação deste nível não justificaria os gastos/investimentos para atender às seguintes regras:

- A. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança será da empresa brasileira;
- B. As empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será a responsável principal, perante a CONCEDENTE, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária;
- C. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;
- D. Apresentação individualizada da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista;
- E. As consorciadas poderão somar seus quantitativos econômico-financeiros, na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação econômico-financeira;
- F. As empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

- G. Após a apresentação a qualificação, não poderá haver qualquer alteração na composição do consórcio;
- H. As empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na fase de exploração econômica do objeto da concessão;
- I. Caso o consórcio seja o vencedor da licitação, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da assinatura do Termo de Concessão;
- J. Caso o consórcio seja o vencedor da licitação, após a assinatura do contrato, eventuais operações societárias promovidas por seus participantes, bem como as alterações de composição do consórcio, deverão ser comunicadas à Codevasf, para verificação de suas implicações para a execução do objeto da contratação, o qual poderá ser rescindida em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.

M. Participação de Cooperativa:

A princípio **não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas**, tendo em vista as características do fornecimento objeto desta licitação não possibilitar ao participante do processo atender as exigências da IN MPOG 05/2017, especificamente em autonomia aos cooperados, conforme:

Art. 10. A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:

I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a **não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados**, nem entre a Administração e os cooperados (IN MPOG 05/2017).

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica:

Ser vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

N. Cota Reservada a ME/EPP:

Fatos relatados pelo setor de licitação indica que vem ocorrendo casos em que a ampla concorrência tem um preço menor que o do mesmo item, as vezes de qualidade superior aos indicados pelas ME's e EPP's; desvirtuando o objeto da legislação e mesmo da licitação. Pensando nisso, optou-se por adotar a justificativa apresentada pelo Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que "regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para



as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações pública de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.”. Esse Decreto em seu art. 8º estabelece:

Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e **desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto**, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvadas aos casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

§5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º.

Como pode ser observado no próprio Decreto nº 8.538/15, em seu art. 10, autoriza a desconsideração dos preços ofertados por MEs e EPPs, in verbis:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

(...)

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte **não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto** a ser contratado, justificadamente;



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

(...)

IV – o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I – **resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência: ou**

II – a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Portanto, considerando os fatos apresentados onde os preços dos itens reservados acabam ficando superior e as vezes de menor qualidade que o item de ampla concorrência, muitas vezes arrematado por microempresas, empresas de pequeno porte, e que indicamos que não há vantagem para a administração, além do mais a não previsão da cota de 25% está respaldada pelas ressalvas trazidas no corpo do Decreto Nº 8.538/2015, conforme supramencionada, e que a experiência tem demonstrado que, com a não previsão, a vantajosidade fica preservada, estão aqui apresentadas as devidas justificativas solicitadas para **a não previsibilidade da reserva de 25% para MEs e EPPs nesta licitação, salvo melhor juízo.**

O. Exclusividade para ME e EPP:

Em atendimento ao disposto no Art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o qual estabelece que os itens cuja contratação **possuam valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** devem ser destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

P. Visita:

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - **não será exigida a visita ao local dos fornecimento e da entrega dos insumos**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços de entrega e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Q. Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Os serviços a serem contratados serão **executados no prazo de um ano**, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do Sistema de Registro de Preços, conforme Art. 7º, §2º do Decreto nº. 7.892, de 23/01/13, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, (Art. 32 Alinea IV, lei 13.303/2016), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços **não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.**

R. Desapropriação:

Como os serviços referentes ao fornecimento, carga, transporte e descarga das máquinas e necessárias à implantação de ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, ocorrerá em parceria com associações de agricultores, cooperativas de artesãos ou/e agricultores familiares, instituições de ensino e prefeituras municipais, fator que implicitamente condicionam que os locais de implantação das unidades sejam propriedades das instituições beneficiadas, logo não há que se falar de desapropriação.

S. Da divisão do objeto da licitação por grupo:

Em relação ao fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias para a implantação de 12 (doze) ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, foi detectado a necessidade de apresentar o objeto em grupos de itens, uma vez que esse procedimento **evita que um determinado item deixe de ser fornecido podendo comprometer o pleno aproveitamento do projeto, interpretando que a compra por grupo permite que o fornecimento contemple o conjunto de equipamentos necessários para a completude do processo produtivo.**

T. Critério de Julgamento:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

Na busca de minorar a possibilidade do fornecimento incompleto do conjunto de equipamentos necessários para completar o processo produtivo, optou-se pela adoção do critério de julgamento das propostas tomando como base o **Menor Preço por grupo**, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 54. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor combinação de técnica e preço;

IV - melhor técnica;

V - melhor conteúdo artístico;

VI - maior oferta de preço;

VII - maior retorno econômico;

VIII - melhor destinação de bens alienados.

U. Divulgação do valor orçado:

Os valores orçado deverão ser divulgados em conformidade com o Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – que determina que nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua **divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa**, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

A não adoção do orçamento sigiloso, também está fundamentada no art. 25 do Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional; II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País; III - prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais; IV - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população; V - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País; VI - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicos das Forças Armadas; VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional, observado o disposto no inciso II do caput do art. 6º; VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou IX - comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

infrações. Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.

Nestes termos, os valores totais abaixo apresentados são os estimados para execução dos serviços de aquisição, incluindo **fornecimento, carga, transporte e descarga, de equipamentos e máquinas necessários para implantação de 12 (doze)** ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, que está inicialmente orçado em **R\$971.789,88 (novecentos e setenta e um mil, setecentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos), a preço de julho de 2023**, atendendo ao disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos, constante do Anexo II deste Termo de Referência, sendo o valor máximo global aceito pela Codevasf.

V. Garantia de Execução (caução):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

W. Qualificação Técnica:

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a sua influência na execução dos serviços de fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias à implantação de 12 (doze) ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, área de atuação da 3ª Superintendência Regional da Codevasf, muito embora alguns não sejam os mais onerosos. Logo, não sendo detectados pela curva ABC, são requisitos com capacidade de implantar a realização dos serviços, devido sua relevância contextual e complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização.

Sobre a qualificação técnica dos concorrentes foi solicitado que eles apresentassem:

Atestado(s) em nome da licitante, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os fornecimentos/serviços **de forma a permitir a constatação da experiência do licitante na execução de fornecimento de equipamentos**, observando ou fornecimento similares ao objeto desta licitação.

X. Orçamento Público/Aberto:

A definição pelo orçamento público tem embasamento no Acórdão TCU nº 1502/2018 – Plenário. O referido instrumento é preciso quanto à obrigatoriedade de divulgação dos preços



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional - Pernambuco

de referência em editais de licitação quando forem utilizados como critério de aceitabilidade das propostas, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

Y. Do serviço comum:

Esclarecemos que o objeto desta licitação, fornecimento, carga, transporte e descarga de equipamentos e máquinas necessárias a implantação de 12 (doze) ações de inclusão produtiva na atividade de artesanato em couro em comunidades rurais difusas nos municípios do Estado de Pernambuco, é qualificado como **SERVIÇO COMUM**, com perfil executivo típico, padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado somado a frequente contratação, e por isso, elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico” com Sistema de Registro de Preços – SRP como forma de contratação.

PETROLINA/PE, 05 de julho de 2023

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

Ivonaldo de Sousa Lacerda
Analista em Desenvolvimento Regional
3ª GRR/UDT

DE ACORDO:

Maxwell Rodrigo Lima Tavares
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 3ª GRR